

Sunab pune escolas por aumento

Jornal de Brasília • 15

abusivo

Embora tenha recebido comprovantes de custo do mês de julho de apenas três das 28 escolas que estão sob sua inspeção, a Superintendência Nacional do Abastecimento (Sunab) já começou a detectar os primeiros abusos no reajuste de mensalidades. Segundo o delegado-substituto do órgão, Fernando Grossi, que não quis citar nomes, algumas instituições de ensino vêm computando para o cálculo das mensalidades, impostos de até NCz\$ 50 mil, que ainda não foram pagos pela escola.

Casos como o de uma escola que declarou em sua planilha um gasto de aluguel de NCz\$ 10 mil e de manutenção do prédio de NCz\$ 45 mil também estão levantando suspeitas. Grossi considera que esta despesa com a manutenção só poderia ser justificada "se a cada dia fosse feita a reconstrução de

partes do prédio, ou se novas salas estivessem sendo edificadas", o que foge à manutenção rotineira da escola.

O delegado também alerta para outra irregularidade que vem sendo cometida pelos donos de escolas particulares: a antecipação da receita. Muitos estabelecimentos de ensino estipulam até três datas de pagamento de mensalidades com preços variados, de tal forma que o último valor fica acima do que poderia ser cobrado pelo regime de liberdade vigiada.

O presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino (Sinep), Jaime Zveiter que há cerca de um mês montou um programa computadorizado para a elaboração das planilhas das escolas, fez ontem sérias críticas à fiscalização da Sunab. Ele afirma que "os fiscais do órgão não têm compe-

tência para conferir as planilhas, pois ainda não conhecem a Portaria 140 que regulamentou o regime de liberdade vigiada".

Contestação

Jaime Zveiter diz que as escolas não podem sobreviver se não computarem os custos utilizados para os reajustes antecipadamente. "A lei não fala em custos ocorridos mas, incorridos, o que significa que poderemos cobrar o que vamos gastar no fim de cada mês", justificou.

O raciocínio do presidente do Sinep é contestado por Júlio Gregório Filho, membro do Conselho de Educação do DF (CEDF), explicando que, "desta forma as escolas terão, além do custo real, o acréscimo de 25%, computados como margem de gastos do mês subsequente, e mais a inflação". Ele observa que grande parte deste dinheiro é gasto

com a folha de pagamento de pessoal, na maioria das vezes desembolsada dez dias após o mês seguinte.

Fiscalização

De acordo com um balanço da fiscalização apresentado ontem pelo delegado Fernando Grossi, a Sunab havia autuado por descumprimento à Portaria 140 do Ministério da Fazenda, três escolas: Cursos Alfa e JK, por efetuarem reajustes sem a apresentação da planilha de custos, e a Upis por majoração, com 161 infrações. Estas escolas têm um prazo de 5 dias para apresentar justificativas. A faculdade Ceub foi notificada a apresentar os comprovantes de custo, a pedido de um abaixo-assinado de 200 alunos. Das 28 escolas sob fiscalização, três apresentaram documentação que vem sendo confrontada com os dados das planilhas.